



Zaire Rezende (de barba) voto solitário a apoiar Bisol

Comissão decide excluir 83 governador de relatório

Um acordo entre parlamentares do PDT, PP, PTB e do PFL evitou que a Subcomissão de Patrimônio recomendasse em seu relatório final o envio dos documentos sobre o governador Joaquim Roriz para a Câmara Legislativa. O deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) disse que, com o acordo, o resultado das investigações sobre Roriz seguirão apenas para o Ministério Público, retardando o início de uma CPI sobre o governador na Câmara Legislativa.

Votaram contra o envio dos documentos para a Câmara Legislativa os deputados Luiz Salomão (PDT-RJ); Fernando Cárrion (PPR-RS); Pedro Pavão (PPR-SP) e os senadores Pedro Teixeira (PP-DF), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Jonas Pinheiro (PTB-AP). A favor do encaminhamento votaram o coordenador da subcomissão, senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e o deputado Zaire Rezende (PMDB-MG). Mercadante, sem ser membro da subcomissão, deu encaminhamento contrário ao envio somente para o

Ministério Público. Só Zaire o apoiou, com o coordenador Bisol. A votação foi realizada durante a noite de quarta-feira.

Roriz é citado no relatório da Subcomissão de Patrimônio por ter apresentado créditos bancários superiores aos rendimentos declarados no Imposto de Renda. Pelo acordo, os documentos sobre o governador do Maranhão, Edison Lobão (PFL) também serão encaminhados somente para o Ministério Público e não para a Assembléia Legislativa de seu estado. Após a votação do relatório final da CPI do Orçamento, amanhã, os documentos serão encaminhados à mesa diretora da Câmara e do Senado.

Jonas Pinheiro negou, ontem, a existência do acordo. "Não é de nossa competência encaminhar o relatório para Assembléia Legislativa. O que houve foi obediência à Constituição", observou. Ele cita o artigo 5º, parágrafo 3º, que trata das competências das CPIs. O dispositivo diz que as conclusões das CPIs são encaminhadas para o Ministério Público.